



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015

Nº Prova				

Classificação				

Prova Escrita de Português – 27 de junho de 2015

INÍCIO DA PROVA: 09h30m

TERMO DA PROVA: 11h00m

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES QUE SE SEGUEM

1. Assine a sua prova no local reservado para o efeito na ficha de identificação. No termo da prova, a ficha de identificação é separada do enunciado da prova, pelo responsável da sala, em ordem a garantir o anonimato do candidato. Qualquer forma de identificação do enunciado da prova – nomeadamente rubrica, assinatura – determina a sua **exclusão do concurso**.
2. A prova tem a duração de **noventa (90) minutos**. O enunciado da prova, excluindo a presente folha de instruções, é constituída por 9 páginas, todas elas numeradas, contendo o conjunto das questões e os correspondentes espaços de resposta que deverão ser respeitados. Responda com um **X** na resposta correta na **Secção I** (escolha múltipla) e numa caligrafia legível na **Secção II** (resumo e argumentação). Utilize exclusivamente as folhas de rascunho postas à sua disposição e escreva a tinta. O uso de corretor não é autorizado. As respostas rasuradas na **Secção I** não são consideradas. Na **Secção II**, é admitida a possibilidade de rasuras. Não será permitida a substituição do enunciado da prova.
3. Durante a prova, os candidatos não poderão, por quaisquer meios, comunicar entre si ou com qualquer pessoa estranha ao concurso. Não é permitida a consulta de qualquer tipo de material de apoio, dicionários, glossários, documentação ou informação. Durante a permanência na sala os candidatos deverão desativar os seus telemóveis e outros eventuais meios de comunicação de que sejam portadores, colocando-os de forma visível à sua direita sobre a mesa de trabalho ou conforme for instruído pelos responsáveis de sala.
4. Quando terminar a sua prova, entregue-a aos responsáveis presentes na sala. Caso deseje desistir, declare-o por escrito e assine a declaração na ficha de identificação.

A infração destas normas implica para o candidato a exclusão do concurso

CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA

A prova escrita de Português será classificada de 0 (zero) a 20 (vinte) valores. A cada 10 (dez) pontos corresponde 1(um) valor.

Na **Secção I (escolha múltipla)**, para cada pergunta há somente uma resposta certa entre as três alternativas apresentadas. O candidato deve assinalar a resposta certa com um **X** no espaço reservado para o efeito no enunciado da prova, conforme o seguinte exemplo:

Pergunta: XXX

Resposta: a) XXX

b) XXX

c) XXX

X

A resposta a) é a resposta certa.

Cada resposta certa na Secção I será pontuada com 7 pontos (0,7 valores), num total de 112 pontos (11,2 valores). As respostas erradas ou nulas não serão pontuadas. Serão consideradas nulas as respostas rasuradas e as ilegíveis e sempre que seja assinalada mais do que uma resposta para a mesma pergunta.

Na Secção II (resumo e argumentação), o resumo (1.) será pontuado com 38 pontos (3,8 valores) e a argumentação (2.) com 50 pontos (5,0 valores), num total de 88 pontos (8,8 valores).

As respostas serão avaliadas pelo respeito pelo tema, pela pertinência e adequação da argumentação aduzida, pela competência linguística, pela propriedade semântica e sintática e pela capacidade de síntese, bem como pela capacidade de estruturação textual manifestada, dentro dos limites dos espaços de resposta.

Note que serão sempre feitos descontos por erros de ortografia e pontuação, de propriedade lexical ou de sintaxe, bem como pela incapacidade em respeitar os limites fixados quer para o resumo quer para a produção de texto argumentativo.

No caso de, na Secção II, ser ultrapassado o limite máximo de palavras, o texto em excesso não será considerado.

O enunciado da prova será redigido em conformidade com o Acordo Ortográfico de 1990, no cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25 de janeiro. Os candidatos poderão, no entanto, nas suas respostas, utilizar a ortografia conforme esse Acordo Ortográfico ou, em alternativa, a ortografia em vigor antes desse Acordo, mas terão, coerentemente, de respeitar o sistema ortográfico que houverem adotado ao longo da prova e assinalado no início. Em consequência, as penalizações por eventuais erros de ortografia serão baseadas nas regras de um ou do outro sistema ortográfico que cada candidato tiver expressamente escolhido na página 1 do enunciado da prova, no espaço reservado para o efeito, devendo assinalar com X a ortografia adotada. No caso de não ter havido explícito preenchimento da opção feita, a prova será avaliada em função do determinado no Acordo Ortográfico de 1990.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA PROVA		

Ortografia com respeito pelo Acordo Ortográfico de 1990	
Ortografia em vigor antes do Acordo Ortográfico de 1990	

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

A prova tem duas secções: a primeira tem a cotação de 112 pontos; a segunda corresponde a 88 pontos. A secção I é composta por questões de escolha múltipla. Na secção II, solicita-se a elaboração de dois textos.

Secção I

A cada texto (1 a 4) correspondem quatro questões, numeradas sequencialmente de 1 a 16. Depois de ler atentamente cada texto, assinale a resposta que melhor corresponde à questão colocada e significado do texto. Cada resposta correta vale **7 pontos**.

Texto 1

No amor, na economia e no futebol, o facto de haver regras e de se conhecerem os hábitos não impede que se viva na ilusão e se mantenha um comportamento dúplice. No amor, é frequente interditar ao parceiro aquilo que se permite a si próprio. E acreditam na sedução mesmo os que conhecem as suas regras. Na economia, ganhar e vencer são os únicos critérios válidos, enquanto roubar ou trair só são criticáveis se forem vistos. Com o dinheiro, a moral é quase sempre para uso alheio. No futebol, fracturar a perna de um adversário temível só é condenável se não for bem feito. São estranhos estes comportamentos. Conhecem-se as regras, percebem-se os interesses, sabe-se que é ilusão e tem-se a exacta consciência da encenação. Mesmo assim, vive-se como se estivessemos diante de factos genuínos e situações novas.

Público / 20071216

António Barreto, <http://www.citador.pt/cact.php?op=10&idcit=1650&author=117&desc=>
(consultado em 22.3.2015)

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA		
PROVA		

1. No texto, afirma-se que o amor, a economia e o futebol
 - A. partilham contradições irresolúveis.
 - B. em nada se distinguem.
 - C. têm as mesmas regras e implicam os mesmos hábitos.

2. No texto, descrevem-se
 - A. comportamentos pragmaticamente eficazes e, conseqüentemente, moralmente condenáveis.
 - B. comportamentos em que existe uma dissociação entre eficácia e moral.
 - C. comportamentos cuja eficácia legitima a sua prática.

3. No texto, argumenta-se que no amor, na economia e no futebol,
 - A. a validade do comportamento casuístico é uma ilusão.
 - B. a validade do comportamento casuístico é uma necessidade moral.
 - C. o comportamento casuístico é válido apenas para os outros.

4. Do ponto de vista temático, a relação que predomina no texto é a de
 - A. causa e consequência.
 - B. todo e parte.
 - C. semelhança.

Texto 2

No princípio do século XXI, Portugal era uma democracia integrada na União Europeia, com uma elite política civilista, uma sociedade urbana e uma economia terciarizada, das mais ricas do mundo, numa Europa muito diferente, tanto da que existira antes da Segunda Guerra Mundial, quando fora sede de impérios e cenário de conflitos militares, como da que se constituía depois, no tempo da Guerra Fria, assente no confronto entre dois blocos. As revisões constitucionais (1982 e 1989) e a adesão à CEE (1986) e ao mercado e moeda únicos (1992-1999) podem servir de referência à História de Portugal num tempo em que a sociedade portuguesa mudou como nunca mudara antes. Pela primeira vez na Época Contemporânea, Portugal não tinha um “Ultramar” noutra continente; e, também pela

primeira vez, os imigrantes estrangeiros que entravam no país eram muito mais numerosos do que os emigrantes nacionais que dele saíam. Durante anos, o grande problema em Portugal

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015.

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA		
PROVA		

tinha sido o de romper com o passado; ao entrar num novo século, o problema parecia ser o de, tendo rompido com o passado, encontrar uma forma viável e satisfatória de viver de outra maneira.

Rui Ramos, “Capítulo XI. Uma Democracia Europeia (desde 1976)”, in Rui Ramos (Coord.), Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pág. 747

5. No início do primeiro parágrafo, o autor
- A. refere a situação económica da União Europeia aquando da adesão de Portugal.
 - B. descreve as características da economia de Portugal aquando da adesão à União Europeia.
 - C. defende que as economias de Portugal e da União Europeia sempre assentaram sobre as mesmas características.
6. No primeiro período do texto,
- A. explicita-se que não houve uma relação temporal entre a Europa como sede de impérios e como cenário de conflitos militares.
 - B. explicita-se que a relação temporal da Europa como sede de impérios e como cenário de conflitos militares foi a de continuidade.
 - C. não se explicita a existência de uma relação de causa e consequência entre a situação da Europa como sede de impérios e como cenário de conflitos militares.
7. Segundo o autor, não se colocou a Portugal, no início do século XXI, o desafio de
- A. romper com o passado.
 - B. equacionar o futuro.
 - C. encontrar um diferente modo de vida.
8. Qual das afirmações melhor corresponde ao sentido global do texto?
- A. O facto de Portugal não ter um “Ultramar” noutra continente foi o fator decisivo para a mudança da sociedade portuguesa.
 - B. O facto de Portugal não ter um “Ultramar” noutra continente foi um fator necessário mas não suficiente para a mudança da sociedade portuguesa.
 - C. O facto de Portugal não ter um “Ultramar” noutra continente foi o

fator necessário e suficiente para a mudança da sociedade portuguesa.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA		
PROVA		

Texto 3

A história milenar parece bastante simples. De um mundo de grandes e pequenos impérios e reinos, mais ou menos iguais em riqueza e poder, tornámo-nos um mundo de nações-estados, algumas muito mais ricas e fortes do que outras. De centenas de milhões de pessoas tornámo-nos 6 mil milhões. Através do trabalho com modestas, ainda que engenhosas, ferramentas e técnicas, tornámo-nos senhores de grandes máquinas e forças invisíveis. Pondo de lado a magia e a superstição, passámos da observação rudimentar e inteligente para um gigantesco e crescente *corpus* de conhecimentos científicos, gerador de um contínuo fluxo de úteis aplicações.

A maior parte disso é para o bem, embora o poder intelectual e material seja frequentemente mal usado para fins malévolos e destrutivos. Ou simplesmente usado com involuntárias mas execráveis consequências. Sofremos da assimetria entre o nosso conhecimento da natureza e o nosso conhecimento do homem, entre o conhecimento de tudo o que nos cerca e a ignorância do nosso próprio íntimo. Ainda assim, poucas pessoas prefeririam regressar a épocas passadas. Aquelas que se retiram do fértil mundo material para encontrar a renovação espiritual na natureza podem deixar para trás os seus relógios. Mas levam consigo livros, óculos e roupa fabricada; também, por vezes, equipamentos de som para ouvir CD e, normalmente, sabem o suficiente para arranjar ajuda médica quando necessitam.

Note-se que a minha hipótese da vantagem e benefício essencial do conhecimento científico e da capacidade tecnológica se encontra hoje sob vivo ataque, até mesmo nos meios académicos. As razões para essa reacção, expressas frequentemente em preferências pelo *sentir* em detrimento do *saber*, variam desde o desapontamento no Paraíso não Encontrado até ao medo e ressentimento pelos leigos do saber incognoscível.

David Landes, “Cap. 29, Como chegámos aqui? Para onde vamos?” *Riqueza e Pobreza das Nações*. Trad. Lucínia Azambuja. Lisboa, Gradiva, 2005 (7.ª edição), págs. 479-480. (com adaptações)

9. No segundo parágrafo do texto,

- A. põe-se a tónica num progresso regular e homogéneo do conhecimento.
- B. reconhece-se a existência de contradições na evolução do conhecimento ao longo da História.

- C. considera-se que existem contradições nos resultados da evolução do conhecimento ao longo da História.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015,
PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA PROVA		

10. No texto, defende-se que o conhecimento que o homem tem de si próprio
- A. não é idêntico ao que ele tem da Natureza.
 - B. não é diferente do que o que ele tem da Natureza.
 - C. não é menor do que o que ele tem da Natureza.
11. No texto, defende-se que o conflito entre saber e sentir
- A. traduz a situação contemporânea que faz avançar o conhecimento científico e a capacidade tecnológica.
 - B. impede hoje o avanço do conhecimento científico e da capacidade tecnológica.
 - C. caracteriza hoje o lugar do conhecimento científico e da capacidade tecnológica.
12. No texto, defende-se que o conflito entre saber e sentir
- A. é a expressão de um desejo.
 - B. é um facto.
 - C. é uma crítica à evolução do conhecimento.

Texto 4

(...) Uma cultura política democrática é alcançada quando grupos, ou classes, populares e subordinados têm acesso à definição de políticas públicas e dispõem da capacidade de influenciar, vetar e determinar os contornos das decisões. Quando os pobres, os excluídos e as grandes massas anónimas são reconhecidos pelo sistema e os seus interesses têm expressão política, o vínculo em relação à comunidade e aos propósitos colectivos é ampliado, assim como o sentimento de eficácia política, a confiança interpessoal e a legitimidade conferida ao regime. Em sentido lato, é nisto que se traduz a sociedade civil.

Contudo, este patamar não é alcançado simplesmente através da multiplicação do número de associações numa determinada sociedade. A densidade associativa, por si só, não promove necessariamente a democracia, já que houve períodos na história em que uma alta densidade da sociedade civil, mesmo que de base popular, abriu as portas ao autoritarismo (como aconteceu, por exemplo, na República de Weimar). Como argumentou Tocqueville, se “há povos entre os quais a liberdade de os homens se unirem não é senão benfazeja e fecunda

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA		
PROVA		

em prosperidade, há outros também que, pelos seus excessos, a desnaturam, e de um elemento de vida fazem uma causa de destruição”. Temos de olhar não apenas para a *quantidade*, mas também para a *qualidade* da sociedade civil, e em especial para os laços entre diferentes grupos sociais, e entre estes e os poderes públicos. Aquilo que mais importa é o grau em que estes laços atravessam regiões, classes sociais, sectores profissionais e crenças religiosas. Foi também Tocqueville, reflectindo sobre as associações políticas de massas, quem afirmou que “é só em grandes associações que o valor geral da associação se manifesta (...). Quando os cidadãos tiverem a faculdade e o hábito de se associarem para todas as coisas, associar-se-ão de tão bom grado para as pequenas como para as grandes. Mas, se não puderem associar-se senão para as pequenas, não encontrarão sequer a vontade e a capacidade de o fazer”.

Tiago Fernandes, *A Sociedade Civil*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2014, págs. 100-101

13. No texto, é apresentada

- A. uma conceção exclusivamente institucional da sociedade democrática.
- B. uma conceção política da sociedade democrática.
- C. uma separação entre política e sociedade civil.

14. Uma sociedade civil de qualidade

- A. determina uma não diminuição do vínculo em relação à comunidade e aos propósitos coletivos.
- B. determina uma não ampliação do vínculo em relação à comunidade e aos propósitos coletivos.
- C. não determina nem ampliação nem diminuição do vínculo em relação à comunidade e aos propósitos coletivos.

15. Uma alta densidade da sociedade civil

- A. abre as portas ao autoritarismo.
- B. é a condição necessária para a democracia.
- C. é a condição necessária mas não suficiente para a democracia.

16. Segundo o texto, Tocqueville defendeu que
- A. a liberdade de associação é sempre benfazeja.
- B. a liberdade de associação depende da qualidade e do grau em que ocorre.
- C. a eficácia da liberdade de associação depende da qualidade e do grau em que ocorre.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015.

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA		
PROVA		

Secção II

Esta secção é composta por dois exercícios. O primeiro tem a cotação de 38 pontos; o segundo, de 50.

1. Elabore o **resumo** do texto que se segue. O resumo deverá ter entre 90 a 110 palavras. No fim, deverá indicar o número de palavras do seu resumo.

Problemas “matematicamente estúpidos”

O modo como pensamos – como seleccionamos a nova informação, a organizamos e a ligamos a conhecimentos prévios – para dar resposta a problemas, mesmo que sejam problemas simples, revela-se, se lhe dermos a devida atenção, muitas vezes desconcertante. A Psicologia tem procurado perceber como respondemos, por exemplo, a itens de avaliação académica, nomeadamente de Matemática. Uma das conclusões mais interessantes é a seguinte: as regras básicas de lógica, que temos por adquiridas, tendem a subordinar-se a elementos casuais. Eis um bom exemplo:

“Em 1980, no Instituto de Investigação do Ensino da Matemática em Grenoble, um grupo de professores foi sujeito a uma série de experiências tão maquiavélicas como edificantes.

Numa quinzena de turmas dos cursos elementar e médio puseram problemas do género: “Num barco, há 12 ovelhas e 19 cabras. Qual é a idade do capitão?”

Ou, então,

“Numa turma há 12 raparigas e 13 rapazes. Qual é a idade da professora?”

Esperavam que a maior parte dos alunos notasse imediatamente o absurdo das questões. Esta prova deixou-os estupefactos.

No curso elementar apenas 10% dos alunos responderam que o problema era impossível; todos os outros combinaram os dois dados procurando uma solução.

No curso médio o panorama melhorou, mas muitos alunos ainda insistiram na procura duma solução.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

CONCURSO EXTERNO DE INGRESSO NA CARREIRA DIPLOMÁTICA – 2015

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS – 27 de junho de 2015

N.º DA		
PROVA		

2. Num texto com uma extensão entre 100 e 120 palavras, apresente uma **argumentação contrária** ao exposto na afirmação que se segue. No fim, deverá indicar o número de palavras do seu texto.

“É sempre fecundo – mesmo se comporta riscos vitais – supor para as acções dos homens, mesmo as mais baixas, os motivos mais altos”.

Eduardo Lourenço, “Nós e a Filosofia. Ensaio de genealogia de um mito”, *in Obras Completas. Heterodoxias III (2010)*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, pág. 394.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....